

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 695, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015)

1

Medida Provisória nº 695, de 2 de outubro de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências.	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da <u>Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009</u> , reabre o prazo previsto no art. 9º da <u>Lei nº 13.155, de 5 de agosto de 2015</u> , altera a data da exigibilidade do disposto no inciso II do § 1º e no art. 3º do art. 10 da <u>lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, com a redação dada pelo art. 40 da Lei nº 13.155, de 2015</u> , e dá outras providências.	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da <u>Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009</u> ; reabre o prazo previsto no art. 9º da <u>Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015</u> ; altera a data da exigibilidade do disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 10 da <u>Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003</u> e dá outras providências.
A PRESIDENTA DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL DECRETA	O CONGRESSO NACIONAL DECRETA
Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.	Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão constituir ou adquirir participação em empresas, inclusive no ramo de tecnologia da informação , nos termos e condições previstos no art. 2º da <u>Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009</u> .	Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão constituir ou adquirir participação em empresas, inclusive no ramo de tecnologia da informação, nos termos e condições previstos no art. 2º da <u>Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009</u> .
Parágrafo único. A autorização prevista no caput é válida até 31 de dezembro de 2018.	§ 1º A autorização prevista no caput é válida até 31 de dezembro de 2018.	§ 1º A autorização prevista no <i>caput</i> é válida até 31 de dezembro de 2018.
	§ 2º As instituições referidas no caput deverão exigir nas operações de aquisição de participação cláusula prevendo a nulidade ou anulabilidade do negócio uma vez verificada a ocorrência de irregularidade pré-existente.	§ 2º As instituições referidas no <i>caput</i> deverão exigir nas operações de aquisição de participação cláusula prevendo a nulidade ou anulabilidade do negócio uma vez verificada a ocorrência de irregularidade preexistente .
Art. 2º A Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex, de	Art. 2º A Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex, de	Art. 2º A Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX ,

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 695, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015)

2

Medida Provisória nº 695, de 2 de outubro de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
que trata o art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, poderá adicionalmente contar com temas complementares aos mencionados no caput do referido artigo, de maneira a permitir a exploração mercadológica de eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais, licenciamentos de marcas ou personagens e demais elementos gráficos e visuais que possam aumentar a atratividade comercial do produto.	que trata o art. 28 da Lei nº 13.155, de 5 de agosto de 2015 , poderá adicionalmente contar com temas complementares aos mencionados no caput do referido artigo, de maneira a permitir a exploração mercadológica de eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais, licenciamentos de marcas ou personagens e demais elementos gráficos e visuais que possam aumentar a atratividade comercial do produto.	de que trata o art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 , poderá adicionalmente contar com temas complementares aos mencionados no caput do referido artigo, de maneira a permitir a exploração mercadológica de eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais, licenciamentos de marcas ou personagens e demais elementos gráficos e visuais que possam aumentar a atratividade comercial do produto.
		Parágrafo único. Fica autorizada a Caixa Econômica Federal a integrar as entidades esportivas mencionadas no art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 , nos procedimentos de venda direta ao público dos produtos da Lotex , mediante remuneração de mercado.
	Art. 3º O prazo previsto no art. 9º da Lei nº 13.155, de 5 de agosto de 2015 , fica reaberto, a partir da data da publicação desta Lei, até 31 de julho de 2016.	Art. 3º O prazo previsto no art. 9º da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 , fica reaberto, a partir da data da publicação desta Lei, até 31 de julho de 2016.
	Art. 4º O disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 10 da lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 , com a redação dada pelo art. 40 da Lei nº 13.155, de 2015 , será exigível nas competições que tiverem início a partir de 1º de agosto de 2016.	Art. 4º O disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 10 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 , será exigível nas competições que tiverem início a partir de 1º de agosto de 2016.
Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.